

A TEORIA CLÁSSICA **E A ANTÍTESE KEYNESIANA DO PLENO EMPREGO**

Valêncio Manoel *

Resumo

O presente artigo tem como meta analisar os princípios tópicos da teoria clássica que foi utilizada como base teórica na revolução Keynesiana, após as sucessivas crises do capitalismo que culminou na grande depressão dos anos 30. O pensamento dos mercantilistas, os dogmas dos clássicos, assim como antítese Keynesiana são enfocadas através de um processo histórico na evolução do pensamento econômico até Keynes, evidenciando o metalismo, a contraposição dos clássicos na necessidade da intervenção estatal, finalizando o artigo em Keynes, em sua teoria geral, que enfatizou um modelo para o pleno emprego diferenciando do pressuposto dos clássicos.

Palavras – Chaves

Mercantilismos, Keynes, Antítese e Pleno emprego.

1. O Pensamento Mercantilista

O pensamento mercantilista foi um conjunto de idéias e práticas econômicas que ascendeu, na Europa, entre 1450 e 1750. Tais idéias são consideradas na historiografia como associadas à ascensão do Estado-Nação no continente europeu e às transformações geográficas que ficaram marcadas pelas grandes navegações.

Toda epopéia do ocidente culminou com o fluxo de metais preciosos que determinou duas conseqüências importantes para o pensamento econômico. Primeira, o desenvolvimento da idéia sobre moeda. Segundo, a possibilidade de elaboração da concepção metalista, base dos sistemas mercantilistas.

Tais dogmas do mercantilismo atacados mais tarde pelos economistas clássicos deram aos metalistas a crença de que a riqueza e o poder de uma nação estavam determinados pelos seus estoques de metais preciosos, com necessidade de intervenção estatal para direcionar o desenvolvimento do sistema capitalista. Os mercantilistas não viam

* Geógrafo, Pedagogo, Bacharel em Direito, Mestre em Economia Política e Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Docente Titular na FATEC – Itaquaquetuba/São Paulo e na Universidade Belas/República de Angola.

o ouro e a prata como únicas riquezas, mas os consideravam como os mais perfeitos instrumentos de aquisição de riqueza.

A adesão ao metalismo levou os países a tentar assegurar excedentes de exportações sobre as importações para ganhar ouro e prata através do comércio exterior. O método utilizado para assegurar esses saldos comerciais favoráveis incluía subsídios às exportações, impostos sobre as importações e o desenvolvimento de colônias que proporcionassem mercados para os bens de exportação. Supunha-se que a ação do Estado fosse necessária para fazer com que o sistema capitalista em desenvolvimento agisse de acordo com seus interesses. Para servir aos objetivos do metalismo, o comércio exterior era cuidadosamente regulamentado e as exportações de metais preciosos eram em muitos lugares proibidos. O emprego das ações estatais também era defendido num âmbito mais amplo, para desenvolver a indústria doméstica, reduzir o consumo de bens importados e desenvolver os recursos naturais e humanos.

Em resumo, três são os principais mandamentos da idéia metalista. Um decorrente do fato de se associar a idéia de moeda e riqueza (isto, aliás, com as devidas reservas); outro consiste no caráter de durabilidade da riqueza metálica, e o último oriundo da necessidade que os países expansionistas tinham no dinheiro para a guerra. Portanto a idéia metalista foi à alma de todo o pensamento mercantilista, não confundido como forma de um sistema único.

“Tendo o mercantilismo durado três séculos e reinado em diferentes países, foi necessariamente obrigado a evoluir no tempo e no espaço”. Exprimiu-se, pois através de um grande número de sistemas, dos quais distingue quatro formula: a espanhola ou bulionista; a francesa ou industrialista; a inglesa ou a comercialista e a fiduciária. A “sucessão destas diferentes formas representa uma classificação cronológica do mercantilismo” (Hugon, 1959:86).

2. Aspectos da Teoria Clássica em Contradição ao Mercantilismo

A escola clássica, iniciada em 1776 com Adam Smith, seqüenciada com Malthus e Ricardo, e completada, em 1848, com Stuart-Mill, em sua obra *Princípios de Economia Política*, possuía um forte contraste com os mercantilistas. Partindo do ponto de vista de uma análise real, os economistas clássicos desconfiavam do governo e enfatizavam a convergência entre os interesses individuais e nacionais. Salvo em casos nos quais a

interferência estatal ocorresse visando a garantir a operação competitiva dos mesmos, as regulamentações governamentais sobre os mercados eram mal vistas pelos clássicos. O aspecto da economia clássica em dar ênfase a fatores reais e a certeza da eficácia do mecanismo do livre mercado, desenvolveu-se com base em controvérsias sobre questões de longo-prazo e do interesse sobre os determinantes do desenvolvimento da ciência econômica. As posições clássicas sobre problemas de longo-prazo foram importantes na formação de opiniões acerca das questões de curto-prazo, sendo perigosas para economia. Desta forma, podemos identificar duas características gerais da análise clássica que ficaram estabelecidas como parte do ataque contra o mercantilismo:

- a) Os economistas clássicos acentuavam o papel dos fatores reais, por oposição aos monetários, na determinação das variáveis reais, como produção e o emprego. A moeda tem somente a função de meio de troca;
- b) Os economistas clássicos insistiam nas tendências de auto regularização das economias, ou seja, igualdade entre produção e demanda.

“Pelo menos na formulação de Ricardo - a demanda potencial é ilimitada..., visto ser a demanda criada pela produção”.

3. A Teoria do Valor – Trabalho

Enquanto Smith distingue o trabalho como regulador do valor na era moderna, Ricardo abandonando essa distinção, afirmando que o valor em todas as épocas é determinado pelo trabalho. Ao passo que Smith anunciava uma “relação de concordância” aproximativa entre o trabalho e o valor, afirma Ricardo existir entre os dois uma relação estrita, absoluta. Em sua obra (*Principles*, cap. 6, p.111), o preço dos bens essenciais de consumo (principalmente alimentos) é determinado pela quantidade de trabalho necessário para a produção. (...) *“em todos os países em todos os tempos, os lucros dependem da quantidade de trabalho, requerido para prover os bens essenciais para os trabalhadores, numa terra ou com um capital que não gera renda”.*

A teoria do valor-trabalho, que não analisa as conseqüências sociais do seu raciocínio, é um dos pontos fracos da escola clássica. Mesmo para Smith e Ricardo, a teoria do valor-trabalho não era possível de aplicação geral: não explicava o valor de inúmeros produtos não suscetíveis de reprodução. Além disto, para todos os demais produtos, a observação indica ser insuficiente e inexata à explicação do valor pelo trabalho. Segundo Hugon (1959:163),

“Nos clássicos não há necessária concordância entre o valor: e o trabalho: o diamante, por exemplo.”. Existe, ainda, trabalho sem valor (trabalho de má qualidade)... não há concordância relativa entre o trabalho e o valor: produtos tendo exigido a mesma qualidade de trabalho têm valor diferente (produtos extraídos de uma mina de ferro e outra de ouro); em contraposição, produtos idênticos, tendo exigido diferentes quantidades de trabalho, tem o mesmo valor: (lei da unidade dos preços)... estes vários exemplos mostram que, entre trabalho-valor, a concordância não é completa, nem relativa, nem paralela.

A teoria clássica, que repousa em uma relação causal entre o trabalho e o valor, é, pois, falsa. Somente mais tarde Stuart-Mill buscará uma nova ordem de clareza nas teorias da escola clássica, que, resumidamente, afirmava que **o preço varia na razão direta da procura e inversa da oferta**. Mill, indicando ser falha essa formulação, substitui a relação de casualidade, entre a oferta e a procura, de um lado, e os preços, de outro, à relação funcional. Aprendeu Mill, com uma antecipação de quase cinquenta anos, a noção de equilíbrio que servirá de fundamento ao desenvolvimento científico da moderna teoria dos preços. Quanto à teoria do valor, Mill parte da elaboração de Smith e Ricardo, recusando exclusivamente o trabalho como base direta do valor. Deixa claro que o valor depende de duas causas principais: **a utilidade e a dificuldade de aquisição**. Para Froyen (1996:42) “o consumo nunca precisa de encorajamento”. Dentro da análise clássica podemos estabelecer, no entanto características citadas anteriormente no artigo como: “os economistas clássicos acentuavam o papel dos fatores reais, por oposição aos monetaristas, na determinação das variáveis reais, como produção e o emprego”.

A moeda teria na economia somente a função de meio de troca, e que os clássicos, estavam à política do governo para assegurar a adequação da demanda à produção. “O modelo construído pelos economistas clássicos para apoiar suas posições é a função produção agregada”

A função produção pode ser escrita da seguinte forma:

$$Y = F(KN)$$

Y = Produção Real

K= Estoque Capital

N = Quantidade de Mão de Obra

No curto prazo, o estoque de capital é fixo, como indica a barra sobre o símbolo do capital. Portanto, a produção varia unicamente com as modificações na utilização da mão-de-obra (N), que provém de uma população, que é fixa por suposição.

... Por certo, como um homem prático e intuitivo, Keynes também tem sua curiosidade intelectual aguçada pelos eventos econômicos da época. Na década de 20, a economia inglesa atravessa sucessivas crises que culminam na grande depressão dos anos 30.

Em 1932, por exemplo, se observa desemprego em massa nas principais economias capitalistas. Na mesma data, a produção industrial americana correspondia a 58%, a alemã a 65% e a inglesa a 90% da verificada em 1913.

Diante dessa realidade, Keynes intuitivamente começa afastar da ortodoxia como representada pela lei de Say. De acordo com essa lei, não poderia ocorrer escassez de compra (Silva, 1985 XI).

A partir da crítica à “Lei de Say”, Keynes busca uma explicação analítica para o desemprego, nos escritos que o mesmo chama “Teoria Geral” e, nesse sentido, contrapõe-se à teoria clássica. Dentro desta antítese, em sua opinião a teoria a teoria clássica nada é, se não uma teoria particular, parcial, da atividade econômica. O fundamento da intervenção estatal como geradora de demandas para garantir níveis elevados do emprego torna-se inconsistente, apesar de inúmeros economistas advogarem o gasto público para combater o desemprego, entre eles Pigou e Robertson.

Keynes chama de particular, primeira, por apoiar-se em uma hipótese nem sempre confirmada, ou seja, a do pleno emprego. Em sua Teoria Geral, Keynes (1985:27)

“determina três hipóteses que equivalem-se, entre si, no sentido de que subsistem ou desmoronam juntas, pois qualquer delas depende logicamente das outras duas:

- a) que o salário real é igual à desutilidade marginal do trabalho existente;
- b) que não existe o que se chama desemprego involuntário no seu sentido estrito

c) que a oferta cria a sua própria procura, no sentido de que o preço, da procura agregada é igual ao preço da oferta agregada para todos os níveis de produção e de emprego”.

Num conforto entre a teoria clássica e a keynesiana, podemos encontrar a rejeição ao automatismo do pleno emprego, mesmo com os mercados operando em condições de concorrência e flexibilidade de preços e salários. Outra inovação foi o desvio da atenção do longo-prazo para as flutuações de curto-prazo, bem como do emprego e da produção, que assolaram seriamente as economias industrializadas. Tanto o automatismo do pleno emprego quanto a estabilidade do equilíbrio eram resultados a serem alcançados no longo-prazo na teoria clássica. Com Keynes, as flutuações de curto-prazo passaram a ser objeto central e estudo da macroeconomia, enquanto os fenômenos de longo-prazo ficaram para as teorias do crescimento econômico.

A grande depressão de 1929-33 na Inglaterra e nos Estados Unidos e a ineficácia do remédio clássico de entregar as forças de mercado a solução da crise foram ingredientes importantes para o desenvolvimento da Teoria Geral. Outra posição relevante recai sobre o papel dos gastos públicos. Nos clássicos, a abstinência do consumo para gerar poupança e o desejo de investir eram duas virtudes básicas, ou seja, molas mestras de evolução do sistema. Mas ainda não era possível investir mais do que as poupanças geradas, ou seja, a geração de poupança era o elemento crucial da expansão da economia. Introduzindo o conceito, Keynes enfatizou a diferença entre poupança e investimento. Sempre que as poupanças desejadas superassem os investimentos planejados, haveria uma insuficiência de demanda e o governo deveria assumir um papel ativo de complementar os gastos privados, reduzir impostos ou realizar investimentos.

A insuficiência de demanda que caracterizava as crises de desemprego resultava, para Keynes, da escassez de novos investimentos (motivada, por sua vez pela queda na eficiência marginal de capital). Por isto, não bastava que o governo ampliasse a oferta de recursos para investimentos: seria necessário que houvesse um aumento simultâneo em obras públicas.

O equilíbrio no orçamento fiscal tão recomendado pelos economistas clássicos seria outro elemento a agravar as recessões. Keynes lembra que a queda na receita de impostos, motivada pela retração da renda, exige cortes nos gastos e investimentos públicos que, por sua vez, agravam a recessão. A austeridade orçamentária tão perseguida pelos governos

“responsáveis” deveria ser encarada, na verdade, como um fator exacerbador das flutuações cíclicas. Um governo responsável e consciente deve preocupar-se não com o equilíbrio fiscal, mas com o desemprego.

4. Considerações finais

Os economistas clássicos deram ênfase às tendências do auto-ajuste na economia. Livre das ações do governo que causam instabilidade, o setor privado permaneceria estável e o pleno emprego seria atingido.

Nos clássicos, o primeiro desses mecanismos auto-estabilizadores é a taxa de juros, que se ajusta para evitar que mudanças nos diferentes componentes da demanda afetem a demanda agregada. O segundo conjunto de estabilizadores no sistema clássico é a flexibilidade de preços e salários, vital para garantir as propriedades do pleno emprego do sistema clássico. A estabilidade inerente do setor privado levou os economistas clássicos a concluírem por políticas econômicas não intervencionistas. Com certeza, muito das políticas de estabilização macroeconômica são intervencionistas, mas, genericamente, a linha central do modelo permanece sendo não intervencionista.

Os segundo aspecto central do sistema clássico é a dicotomia entre os fatores que determinam as variáveis reais e nominais. A produção e o emprego dependem principalmente da população, da tecnologia e da formação de capital. A taxa de juros depende da produtividade e da frugalidade. A moeda é um véu que determina os valores nominais nos quais se medem as quantidades, mas os fatores monetários não desempenham uma função na determinação dessas quantidades reais.

Na teoria keynesiana, que nega os princípios analisados e configurados nos clássicos, a política econômica é também intervencionista. No contexto dos anos 20 e 30 do séc. XX, o momento histórico foi propício a antítese de Keynes, que se preocupou com o desemprego como uma regra e o pleno emprego como uma exceção. Dentro desta visão, considera-se as teorias clássicas como grandes pressupostos na criação da antítese keynesiana.

Bibliografia

DENIS, H _ **História do pensamento econômico** – 7ª Ed. – Livros Horizontes, LDA Lisboa – 1993.

FROYEN, R. T. (1996) – **Macroeconomics: theories & Policies**. NJ, Prentice Hall, 1996 Fifth Edition.

HUGON, P. – **História das doutrinas econômicas** – 6ª Ed. Atlas – 1959.

KEYNES, J. M. – Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Cap. I e II).

MIGLIOLLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva** – São Paulo, T.A 1982.

PREBISCH, R. – **Keynes – Uma introdução** – Ed Brasiliense – 1988.

SILVA, M. E – **Teoria Geral: Uma interpretação pós Keynesiana**. São Paulo, IPE-USP/FIPE/FAPESP, 1988.

SMITH, RICARDO, MATHUS – a economia clássica. Seleção de textos – Ed. Forense – RJ – 1978.